



**II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
III SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
II CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fundamentos do Serviço Social

O ensino da gestão social: o serviço social como campo de análise

Ana Lúcia Suárez Maciel¹
Natasha de Freitas Moreira²

Resumo: *O artigo aborda o ensino da matéria “Gestão Social”, na formação dos assistentes sociais, a partir de uma pesquisa que se propõe a analisar como a mesma vem sendo apreendida, concebida e ensinada. Para tanto, lança mão de fontes bibliográficas e documentais para problematizar o referido objeto, recuperando a sua historicidade na trajetória dos oitenta anos que conformam a formação no Brasil, os seus aportes teóricos e a respectiva incorporação da matéria no ensino, com vistas a contribuir com o adensamento do debate e das suas mediações no âmbito da formação.*

Palavras-chave: *Formação; Gestão Social; Ensino; Serviço Social.*

Abstract: *The article addresses the teaching of the subject "Social Management", in the formation of social workers, based on a research that proposes to analyze how it is being apprehended, conceived and teaching. Therefore, it uses bibliographical and documentary sources to problematize this object, recovering its historicity in the trajectory of the eighty years that make up the formation in Brazil, its theoretical contributions and the respective incorporation of the materia in the teaching, with a view to contributing with the densification of the debate and its mediation in the field of formation.*

Key-words: *Formation; Social Management; Teaching; Social Work.*

1.INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa que vem sendo feita, desde 2015, cujo objeto de estudo é o ensino da Gestão Social na formação dos assistentes sociais no Brasil, a partir da problematização de como ela vem sendo apreendida, concebida e ensinada, objetivando contribuir com o debate e a qualificação desse processo formativo.

¹ Doutora, Professora e pesquisadora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado) em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Brasil. E-mai: ana.suarez@pucrs.br.

² Graduanda, estudante do Curso de Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: natasha.moreira@acad.pucrs.br.



Soma-se ao conjunto de reflexões que vem sendo feitas no interior de um Grupo de Pesquisa da área, cujos objetos de estudo orbitam nas categorias teóricas da Gestão Social e da Formação em Serviço Social, e, concomitantemente, se associam aos esforços na direção da qualificação do ensino na área.

Para tanto, empreendemos um movimento que buscou sistematizar a trajetória histórica do ensino da Gestão Social na formação em Serviço Social, com vistas a resgatar os períodos e as lógicas em que esta matéria foi sendo incorporada na formação. Igualmente, nos movimentamos na direção de identificar as suas mediações no ensino, a partir de uma busca nos projetos pedagógicos, matrizes curriculares e ementas de disciplinas que, direta ou indiretamente, abordam o tema, tendo como amostra de pesquisa as Unidades de Formação de Assistentes Sociais (UFAS) de três regiões do país. A referida pesquisa se constitui em um estudo qualitativo que utiliza fontes documentais e bibliográficas para desvelar o referido objeto de estudo.

A relevância da pesquisa e, logo, deste artigo se expressa pelas mudanças que vem se processando na gestão e organização do trabalho dos assistentes sociais e das políticas sociais, o que impõe a necessidade de formar para a análise crítica desse processo, assim como para a qualificação do seu exercício profissional. Igualmente, em se tratando de um tema relacionado ao ensino da área, pretende se constituir em uma contribuição para a reflexão acerca do mesmo.

A estrutura do artigo contempla esta introdução onde apresentamos o tema delimitado para o mesmo, o objetivo e as fontes que permitiram a sua escrita; uma seção destinada para o resgate da trajetória histórica do ensino da gestão social na formação dos assistentes sociais, tendo como fonte principal os documentos mapeados e analisados em uma revisão bibliográfica que nos permitiu reconstruir a inserção dessa matéria na formação profissional; uma seção destinada para o debate sobre o ensino desta matéria, tendo como fontes os dados documentais coletados nos sites das UFAS das regiões norte, centro-oeste e sul do Brasil. O artigo é finalizado com a conclusão e indicação das referências utilizadas no mesmo.

2. O ENSINO DA GESTÃO SOCIAL NO SERVIÇO SOCIAL: BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA

A criação da primeira escola, no ano de 1936, em São Paulo marcou o início do Serviço Social no Brasil. Nessa época, segundo Sá (1995) a formação estava pautada na Doutrina Social da Igreja e se baseava em critérios que valorizavam a personalidade/vocação dos assistentes sociais, não só técnica, mas moralmente, tendo em vista a “missão” que lhes era reservada e a necessidade de um trabalho eficiente. Os



currículos organizados, a partir desse ano, adotavam matérias que se relacionavam ao estudo da vida social, noções de legislação e Direito, Economia, Política Social, Higiene e Enfermagem, Saúde Mental e Pedagogia, entre outros. Além desses conhecimentos de natureza 'científica', acrescentam-se os de ordem 'teórica': o Serviço Social (natureza, métodos, processos, campos, órgãos, técnicas, moral profissional e sua aplicação ao Serviço Social) e a sua 'prática' (estágios, visitas domiciliares e visitas a obras sociais) Não encontramos nenhuma referência, nos documentos e bibliografias que estão disponíveis, sobre conteúdos relacionados à Gestão/Administração/ Planejamento na formação do Assistente Social nesse período histórico.

Em 1946 foi fundada a Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social (ABESS), sendo que uma de suas finalidades era promover a adoção de um padrão mínimo de ensino, bem como a regulamentação do mesmo. A primeira legislação, referente a ensino do Serviço Social, se deu através da Lei nº 1.889/53 e do Decreto nº 35.311/54.

Art. 2º O ensino do Serviço Social é feito em nível superior em três séries, no mínimo, de duração de um ano cada uma.

Art. 3º Dentro da orientação metodológica compatível com o nível superior do curso, a formação teórica e prática de Assistentes Sociais compreenderá o estudo das seguintes disciplinas, no mínimo:

I - Sociologia e Economia Social; Direito e Legislação Social; Higiene e Medicina Social; Psicologia e Higiene Mental; Ética Geral e Profissional.

II - Introdução e fundamentos do Serviço Social: Métodos do Serviço Social; Serviço Social de Casos - de Grupo - Organização Social da Comunidade; Serviço Social em suas especializações; Família - Menores - Trabalho - Médico.

III - Pesquisa Social (Lei nº 1.889/53).

Na proposta de estrutura do currículo de Serviço Social, formulada na II Convenção da ABESS em 1952, havia uma matéria denominada 'Administração de Obras', que não consta na referida lei, porém foi retomada no decreto de regulamentação da profissão, como se destaca a seguir:

Art. 4o - O curso ordinário de Serviço Social, cuja duração mínima é de três anos, compreende, além do ensino teórico e prático, estágios supervisionados e realização de trabalho final de exclusiva autoria do aluno.

Art. 5o - O curso ordinário de Serviço Social compreenderá as seguintes disciplinas:

I - 1a Série: a) Sociologia; b) Ética Geral; c) Psicologia; d) Estatística; e) Noções de Direito; f) Higiene e Medicina Social; g) Introdução ao Serviço Social; h) Serviço Social de Casos; i) Serviço Social de Grupos.

II - 2a Série: a) Economia Social; b) Legislação Social; c) Ética Profissional; d) Higiene Mental; e) Pesquisa Social; f) Atividades de Grupo; g) Organização Social da Comunidade.

III - 3a Série: **a) Administração de Obras Sociais;** b) Organização Social da Comunidade; c) Pesquisa Social (Decreto nº 35.311, de 2 de Abril de 1954).

Com base nesse dado, infere-se que o conceito de administração foi penetrando na profissão e no seu ensino, na segunda metade dos anos 1950, período no qual vigorava a ideologia desenvolvimentista com apelo à modernização gerencial do Estado. Segundo



dados fornecidos pela ABESS, em 1957, dos 812 assistentes sociais inseridos em diferentes campos de trabalho, 14 se encontravam em atividades de “coordenação”, ou seja, menos de 2% dos assistentes sociais (SÁ, 1995), o que configura algo que se mantém até hoje: a predominância dos profissionais atuando na execução e em níveis operacionais das organizações.

A lei nº 3252/57 que regulamentou o exercício da profissão de assistente social, por sua vez, destacou a sua ocupação na posição de direção/chefia. Destacamos que a referida lei foi regulamentada, apenas em 1962, através do decreto nº 992, onde constam em seu artigo 5º as prerrogativas do trabalho do Assistente Social:

I - Dirigir Escolas de Serviço Social;

II - Ensinar as cadeiras ou disciplinas de Serviço Social e supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de Serviço Social;

III - Planejar e dirigir o Serviço Social, bem como executá-lo em órgão e estabelecimentos públicos autárquicos paraestatais, de economia mista e particulares;

IV- Assessorar tecnicamente assuntos de Serviço Social nos órgão e estabelecimentos públicos, autárquicos, paraestatais, de economia mista e particulares;

V - Realizar perícias, judiciais ou não, e elaborar pareceres sobre matéria de Serviço Social.

No ano de 1970, o Conselho Federal de Educação fixou o novo currículo mínimo da área com a indicação de ementas para cada disciplina e em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases que vigorava na época, através do Parecer nº 242. Nele predominou uma visão fragmentada da realidade de atuação do assistente social, principalmente em relação à visão teórica e metodológica expressa pelas disciplinas de Serviço Social de Caso, Grupo e Organização de Comunidade (PINTO, 1986). O currículo mínimo estabeleceu o ciclo básico constituído pela Sociologia, Psicologia, Economia, Direito e Legislação Social e Teoria do Serviço Social. O ciclo profissional abarcou a Política Social, Métodos do Serviço Social (Caso – Grupo – Comunidade) e Ética Profissional. De acordo com Sá (1995) o Planejamento Social, que vinha sendo insistentemente valorizado, não apareceu como disciplina no currículo oficial, mas constava nas grades curriculares. O planejamento passava, assim, a ser incorporado à ação profissional, uma vez que representava a tônica do período, trazendo consigo toda uma metodologia científica de procedimento e, portanto, portadora de uma racionalidade instrumental, o que enfatizava o domínio da técnica em detrimento dos seus fundamentos e direção política.

Os limites desse currículo já vinham sendo tema das discussões da ABESS, mas tomaram corpo, a partir da Convenção Nacional, realizada em 1977, cujo tema foi: ‘Conteúdo programático dos cursos de Serviço Social no Brasil’. Na ocasião se formaram grupos de trabalho, nas diversas regiões, para apresentar reformulações nos mesmos e em



1979 foi aprovada a nova proposta curricular, sendo enviada ao Conselho Federal de Educação em 1980. Em 1982, o Conselho Federal de Educação, através do Parecer nº 412/82, aprovou a mesma que era subdividida em duas partes: uma básica que abrangia o conhecimento do contexto social, englobando as organizações que expressam o contexto institucional da sociedade, da instituição Serviço Social como prática específica, e o conhecimento da realidade da clientela; e outra profissionalizante com ênfase para o conhecimento sistemático do objeto e dos objetivos da intervenção do Serviço Social, habilidades quanto à estratégia de intervenção em contextos institucionais diferenciados (PINTO, 1986). A proposta de currículo mínimo era a seguinte:

Área básica: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Economia, Antropologia, Formação Social, Econômica e Política do Brasil, Direito e Legislação Social.

Área profissional: Teoria de Serviço Social, Metodologia do Serviço Social, História do Serviço Social, Desenvolvimento de Comunidade, Política Social, **Administração em Serviço Social**, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional em Serviço Social, **Planejamento Social**.

Matérias complementares obrigatórias: Estudo dos Problemas Brasileiros e Educação Física (PINTO, 1986, p. 97).

O atual projeto de formação que substituiu o de 1982 e vigora até os dias de hoje está assentado em pressupostos que norteiam a concepção de formação profissional, definindo as *diretrizes curriculares* da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. O pressuposto central das diretrizes propostas é a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-políticos-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível assegurando elevados padrões de qualidade na formação do assistente social (ABEPSS, 1996).

Este conjunto de diretrizes é que estabelece uma base comum, no plano nacional, para os cursos de graduação em Serviço Social, tendo em vista que a legislação vigente suprimiu a lógica dos currículos mínimos. Nessa direção, as matérias são expressões de áreas de conhecimento necessárias à formação profissional que se desdobram em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares. Logo, o debate sobre o ensino da Gestão Social, se insere nessa mesma dinâmica e se vincula ao perfil de profissional a ser formado, a saber:

Profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais; Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho; Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (CNE, 2002).

É com base nesse perfil a ser formado e nas diretrizes curriculares da área que se localiza o ensino da gestão social, portanto, uma área de conhecimento fundamental, posto



que permite uma reflexão acerca da lógica que alicerça os processos sociais/organizacionais, bem como instrumentaliza para o planejamento e execução em diferentes níveis de atuação e espaços sócio ocupacionais. Corrobora nosso entendimento, a perspectiva de Molina (2008) que apreende a gestão social, longe da procura exclusiva da eficiência, mas alicerçada na sua criticidade e positividade. Para isso, é imprescindível recuperar a sustentação teórica que baliza as compreensões acerca da mesma, com o intuito de continuar avançando na construção de um novo paradigma de gestão que contribua na criação de condições para que haja, no interior das organizações de caráter social – sejam públicas ou privadas -, profissionais de Serviço Social que possam interpretar e enfrentar criticamente os impactos da sociedade, desvelar os discursos oficiais, descobrir e explorar oportunidades postas na formulação, execução e avaliação dos serviços, projetos, programas e/ou políticas sociais, numa perspectiva humanista e emancipatória de incidir nas múltiplas expressões da Questão Social que constitui o objeto profissional. Avalizando esta perspectiva, encontramos um importante questionamento que inspira nossa pesquisa:

“(...) as novas gerações de trabalhadores sociais encontram-se pouco seguras para o agir competente na questão social, tal qual se apresenta na sociedade complexa em que vivemos. De outro lado, há uma queixa recorrente com relação à baixa competência dos trabalhadores sociais em mover processos que produzam mudanças substantivas, emancipação, participação, autorias, qualidade de vida duradoura e inclusão social” (CARVALHO, 2014:17).

A fim de contribuir com a qualificação do exercício profissional e alinhada com uma perspectiva crítica da Gestão Social, sinalizamos a importância do processo de formação dos profissionais, posto que nele se encontre a possibilidade para instaurar o debate crítico da matéria, bem como a apreensão das ferramentas necessárias para a mediação entre os fundamentos e as estratégias técnico-operativas, alicerçadas no projeto societário que a profissão defende.

3. MEDIAÇÕES CURRICULARES NO ENSINO DA GESTÃO SOCIAL

O desafio de formar profissionais para apreender e intervir no âmbito da Gestão Social se torna premente em razão das complexas mudanças que se processam na sociedade. E encontra no processo de ensino o espaço privilegiado dessa formação, direcionando a aprendizagem e “correspondendo às ações, os meios e as condições para realização da instrução” (LIBÂNEO, 1994: 23). Portanto, neste estudo a categoria teórica “ensino” corresponde aos fundamentos teóricos e às estratégias metodológicas, utilizadas pelas UFAS, para abordar a matéria Gestão Social na formação dos profissionais.

Segundo Barbosa (2004), em geral, nas UFAS se dissocia a discussão da ‘administração e planejamento’ da teoria crítica, sendo este um desafio, ainda recorrente, ou



seja: o estabelecimento de parâmetros de relação entre teoria e prática. Neste sentido, lançamos mão de algumas concepções acerca da gestão social que vem sendo produzidas pelos pesquisadores da área. Para um deles, a gestão supõe um processo social que:

“Articula forma e conteúdo, pensamento e ação para conduzir investigações, ações ou organizações, visando a consecução de determinados fins, de acordo com o interesse de indivíduos, grupos, organizações e classes. Como espaço de ação está intimamente vinculada às questões axiológicas e a um projeto político, explícito ou não, pois traz em seu conteúdo e na forma como se concretiza uma visão de homem (sujeito ou objeto), de sociedade (de igualdade ou de exclusão) e finalidade (interesse de minorias ou da maioria)” (PRATES, 2006: 39).

Para Barbosa, a gestão é “entendida como política de gerenciamento por meio de técnicas várias, entre elas a administração e o planejamento, com fim de controlar a relação recursos, objetivos e serviço produzido” (2004: 66). Porém, para a autora, o efeito mais perverso do rumo que estas novas práticas de gestão passaram a tomar diz respeito à paralela desqualificação do debate político sobre as políticas sociais e sua reconversão à medição técnica da realidade pelos seus especialistas.

Esta redução da gestão como processo social à tecnificação vem despolitizando o processo que permite analisar a gestão social como fenômeno sócio histórico, compreendendo-o como expressão de uma totalidade social, observando suas possibilidades e limites. A gestão não se autonomiza dos contextos históricos em que se realiza, ao contrário, ela traduz escolhas políticas das respostas públicas e privadas que são dadas às demandas sociais (BARBOSA, 2004).

Assim, constata-se a necessidade de uma formação teórica sólida que seja capaz de outorgar consciência e compreensão das implicações práticas do posicionamento dos profissionais, nesse processo de gestão, o que lhes dará maior controle e intencionalidade à sua prática profissional, conhecendo seus limites reais, mas também identificando suas verdadeiras possibilidades (MOLINA, 2008).

Cabe referir, igualmente, que as mudanças que se processam, na organização e gestão do trabalho dos profissionais, vem lhes impondo a apreensão da totalidade do mesmo, o que requer a apreensão das concepções e ferramentas que se encontram disponíveis para planejar, executar, monitorar e avaliar esse trabalho, de modo articulado com a perspectiva teórica e política que sustenta e direciona o mesmo. Como refere Guerra (2010:724): “O novo padrão de produção, resultante do enfrentamento do capitalismo à sua crise mais profunda, impõe novas configurações na relação público/privado, de modo que o formato da educação superior no Brasil prescinde da análise dessa relação”.

Por conta desse conjunto de elementos é possível afirmar que o ensino da gestão social se torna fundamental para permitir a reflexão acerca: 1) dos paradigmas de organização e gestão do trabalho; 2) das concepções de gestão social, na sua relação com



os projetos societários e com as respostas organizacionais que o Estado e as demais organizações vêm dando para as demandas sociais; 3) das mediações técnicas que permitem a operacionalização da gestão social, nos múltiplos espaços sócio ocupacionais em que os profissionais se inserem independente da sua função.

Diante disto, torna-se fundamental apreender as concepções de gestão social que vem sendo utilizadas como referenciais para o ensino na área, uma vez que são elas que sustentam a formação na área, cabendo questionar: “Que tipo de formação combina-se com tais necessidades, processos e tipos de Estado e quais as atuais configurações do ensino (...)” (GUERRA, 2010: 724).

A Gestão Social é um conceito recente e, portanto, ainda em construção, com necessidade de adensamento teórico, mas que já conta com produções em diferentes áreas do conhecimento que, mesmo que distintas, sinalizam a filiação teórica e política na qual estão vinculadas. Trazemos alguns conceitos de dois campos do conhecimento que se destacam, com maior ênfase, no debate sobre o tema: um vinculado à Administração, mas que tem a preocupação de adequar às ferramentas dessa área do saber à área social, com destaque para as contribuições de Dowbor, Fischer e Tenório. O outro vinculado ao Serviço Social (Cabral, Maia, Prates e Silva), que se propõe a realizar uma leitura crítica da realidade, construindo o conceito de Gestão Social de modo articulado ao projeto ético político profissional da área, em que a democracia é assumida como valor ético-político central, na medida em que é considerada o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a compreensão dos valores essenciais da liberdade e da igualdade. No seu conjunto, essas contribuições nos permitem sistematizar os principais pensamentos acerca do conceito de Gestão Social, uma vez que são eles que sustentam a formação dos profissionais no ensino dessa “matéria”.

Dowbor enfatiza a Gestão Social como ‘Gestão de estratégias e processos, visando à transformação da sociedade’, ou seja, como processo em que a dimensão social se torna um dos componentes essenciais do conjunto da reprodução social, incorporando “nas decisões empresariais, ministeriais, comunitárias ou individuais, as diversas dimensões e os diversos impactos que cada ação pode ter em termos de qualidade de vida” (2006, p.10), e a atividade econômica passa a ser um *meio*, e o bem-estar social o *fim*, em que se faz necessário “repensar formas de organização social e a redefinir a relação entre o político, o econômico e o social” (DOWBOR, 2006: 16).

Para Fischer (2006), o campo de gestão social ou de gestão do desenvolvimento social, é um reflexo das práticas e do conhecimento construído por múltiplas disciplinas, delineando-se uma proposta multiparadigmática, de natureza interdisciplinar. Como as



ações mobilizadoras partem de múltiplas e tem muitas direções, as dimensões praxiológica e epistemológica estão entrelaçadas. Aprende-se com as práticas, e o conhecimento se organiza para iluminar a prática. A autora compreende a Gestão social como o campo do desenvolvimento - processo social, a partir de múltiplas origens e interesses, mediados por relações de poder, de conflito e de aprendizagem.

A abordagem da Gestão Social, na perspectiva da Gestão de estratégias e processos que respondam à questão social, encontra retaguarda na seguinte concepção:

(...) gestão social como um conjunto de processos sociais com potencial viabilizador do desenvolvimento societário, emancipatório e transformador. É fundada, nos valores, práticas e formação da democracia e da cidadania, em vista do enfrentamento às expressões da questão social, da garantia dos direitos humanos universais e da afirmação dos interesses e espaços públicos como padrões de uma nova civilidade. Construção realizada em pactuação democrática, nos âmbitos local, nacional e municipal; entre os agentes das esferas da sociedade civil, sociedade política e da economia, com efetiva participação dos cidadãos historicamente excluídos dos processos de distribuição das riquezas e do poder (MAIA, 2005: 78).

Os autores que compreendem a Gestão Social, no âmbito da Gestão das políticas sociais, sustentam que essa relação se expressa da seguinte forma:

(...) um conjunto de estratégias voltadas à reprodução da vida social no âmbito privilegiado dos serviços – embora não se limite a eles – na esfera do consumo social, não se submetendo à lógica mercantil. A gestão social ocupa-se, portanto, da ampliação do acesso à riqueza social – material e imaterial -, na forma de fruição de bens, recursos e serviços, entendida como direito social, sob valores democráticos, como equidade, universalidade e justiça social (SILVA, 2004: 32).

Se trata da gestão das ações sociais públicas, sendo que a gestão do social é a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. E as respostas a essas demandas e necessidades são as políticas sociais, os programas e projetos sociais. A gestão social tem um compromisso, com a sociedade e com os cidadãos, de assegurar por meio das políticas e programas públicos o acesso efetivo aos bens, serviços e riquezas societárias. Por isso mesmo, precisa ser estratégica e consequente (CARVALHO, 1999: 28).

E por fim, temos autores que a vinculam com a Gestão das Organizações, onde a gestão social é entendida como:

(...) processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação (ação que possa ocorrer em qualquer tipo de sistema social – público, privado ou de organizações não governamentais). O adjetivo social qualificando o substantivo gestão será entendido como o espaço privilegiado de relações sociais no qual todos têm o direito à fala, sem nenhum tipo de coação (TENÓRIO, 2008:158).

(...) o processo de organização, decisão e produção de bens públicos de proteção social, que se desenvolve perseguindo uma missão institucional e articulando os públicos constituintes, envolvidos em uma organização que tende a incorporar atributos do *espaço público não estatal*, na abordagem que faz da questão social. Esses atributos são os elementos que, de forma coordenada e convergente, devem ser observados e tomados como parâmetros no desenvolvimento do processo de gestão (CABRAL, 2007: 134).

O tema da Gestão Social tem sido objeto de estudo e prática e, nesse sentido, “a crescente importância da gestão e manipulação de conhecimentos, devem ser convertidos em capacidade de equacionamento de necessidades humanas, de modo a assegurar melhor qualidade de vida para todos” (SILVA, 2004:52). Igualmente cabe referir que, cada



vez mais, os assistentes sociais vêm sendo incorporados nas instâncias que expressam o atual modelo de gestão social, sendo imprescindível apreender a concepção vigente na área, a partir da sua produção de conhecimento, bem como do seu ensino.

A fim de ampliar a apreensão acerca das concepções presentes no ensino da Gestão Social, na formação do assistente social, apresentaremos os dados coletados e analisados na pesquisa que citamos na introdução deste artigo, tendo como fontes documentais as matrizes curriculares, projetos pedagógicos e ementas das disciplinas relacionadas à matéria Gestão Social, capturados *on line* entre março de 2016 a fevereiro de 2017, junto às UFAS das regiões sul, centro-oeste e norte do país contemplando uma amostra de 95 instituições diante de um universo de 125 UFAS.

Nessas três regiões, a maior parte das UFAS é de natureza privada e oferece o curso na modalidade presencial. É importante referir que o universo pesquisado não atingiu o percentual de 100% em função de algumas UFAS terem sido extintas e/ou por não haver informações *online* das grades curriculares e/ou ementas, mas o percentual de 76% é por nos considerado suficiente para se constituir na amostra final. No quadro, a seguir, o leitor poderá visualizar a referida.

Quadro 1 – Amostra das UFAS pesquisadas nas regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

Região	Universo	Amostra
Norte	36	26
Centro-Oeste	25	22
Sul	64	47
Total	125	95 (76%)

Fonte: Sistematizado pelas autoras.

Os dados sistematizados, a partir do levantamento, tratamento e análise via categorização das grades curriculares e ementas das disciplinas, coletadas nos sites das referidas UFAS, foram sistematizados, a partir do mapeamento de disciplinas que continham, em seus nomes, os descritores relacionados aos temas: Gestão Social, Estado, Política Social, Formação Econômica e Política do Brasil, Fundamentos de Economia, Empresa, Terceiro Setor e outros. Nesse processo, foram identificadas 1.023 disciplinas que passaram a ser interpretadas com base na técnica de análise documental que, por sua vez, nos permitiu identificar os principais enfoques presentes no ensino da Gestão Social. Esses enfoques se encontram sistematizados no quadro a seguir.



Quadro 2 – Enfoques das disciplinas relacionadas ao Ensino da Gestão Social nas UFAS das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

Enfoques relacionados à Gestão Social	Número de UFAS da Região Norte	Número de UFAS da Região Centro-Oeste	Número de UFAS da Região Sul
Política Social	92 (34%)	68 (36%)	222 (39%)
Gestão Social	47 (18%)	42 (22%)	101 (18%)
Estado	25 (9%)	23 (12%)	85 (15%)
Formação Econômica e Política do Brasil	20 (7,5%)	05 (3%)	27 (5%)
Fundamentos de Economia	16 (6%)	15 (8%)	50 (9%)
Empresa	15 (6%)	03 (2%)	25 (4%)
Terceiro Setor	4 (1,5%)	08 (4%)	20 (4%)
Outros	48 (18%)	27 (14%)	35 (6%)
Total de disciplinas por região	267	191	565

Fonte: Sistematizado pelas autoras.

A análise documental evidencia como maior enfoque, nas disciplinas que ensinam a Gestão Social, nas três regiões pesquisadas: a Política Social (média de 33 a 39% das UFAS); seguida da própria Gestão Social (média de 18 a 22% das UFAS) e, em terceiro lugar, o Estado (média de 9 a 15% das UFAS). O levantamento permite inferir que a maioria das UFAS pesquisadas vem operacionalizando o ensino da Gestão Social com o foco nas Políticas Sociais.

Complementarmente ao sistematizarmos os enfoques, contidos nas ementas das disciplinas cujo título é Gestão Social, nos aproximamos de uma amostra que totalizou 62 documentos. Neles, uma nova categorização emergiu e a sua sistematização pode ser conferida no Quadro 3, com a confirmação de abordagens de conteúdos relacionados a essa categoria que enfatizam a sua dimensão crítica, mas em igual proporção a instrumental, o que evidencia o caráter contraditório do seu ensino na área.



Quadro 3 – Categorias oriundas da análise documental feita nas ementas das disciplinas de Gestão Social nas UFAS das regiões Norte, Centro-Oeste e Sul.

Categorias extraídas das ementas das disciplinas intituladas “Gestão Social”	Número de ementas nas UFAS da Região Norte	Número de ementas nas UFAS da Região Centro-Oeste	Número de ementas nas UFAS da Região Sul
Planejamento e Administração de Políticas Sociais	8 (57%)	8 (50%)	16 (50%)
Planejamento e Administração de Organizações (Públicas, Privadas, Terceiro Setor)	9 (64%)	10 (62,5%)	18 (56%)
Planejamento e Administração do Trabalho do Assistente Social	6 (43%)	8 (50%)	17 (53%)
Organização e Gestão do Trabalho/Competências/Projeto de Intervenção	6 (43%)	10 (62,5%)	18 (56%)
Teorias Organizacionais/Administrativas de Gestão Social (Pública e Privada)	13 (93%)	16 (100%)	16 (50 %)
Fundamentos da Gestão Social	7 (50%)	8 (50%)	5 (16%)
Assessoria/Consultoria/Supervisão	1 (7%)	2 (12,5%)	6 (19%)
Gestão e Democratização (Controle Social, Participação, Informação)	4 (29%)	5 (31%)	10 (31%)
Elaboração, Gestão e Avaliação de Planos, Programas e Projetos/Financiamento	11 (79%)	13 (81%)	22 (67%)
Outros	4 (29%)	0	10 (31%)
Gestão de Recursos Humanos	0	0	4 (12,5%)
Empreendedorismo	2 (14%)	0	1 (3%)
Responsabilidade Social	2(14%)	0	3 (9%)
Filantropia	0	0	2 (6%)
Total de ementas coletadas por região	14	16	32

Fonte: Sistematizado pelas autoras.

4. CONCLUSÃO

Neste artigo objetivamos contribuir com o debate acerca do processo de formação dos assistentes sociais, tendo o ensino da Gestão Social como objeto de estudo. A partir do resgate histórico dos projetos de formação vigentes na área e das suas mediações no ensino é possível concluir que as ênfases que vem sendo adotadas pela profissão no seu ensino são oriundas da visão mais instrumental da matéria, o que se confirma em boa parte das propostas curriculares que antecem o atual projeto de formação; mas se destaca, igualmente, a presença da perspectiva crítica notadamente a partir do projeto de formação de 1996 e fruto das análises



feitas nos documentos que acessamos na pesquisa empírica nas UFAS de três regiões do país.

No seu conjunto, essas conclusões nos permitem afirmar a importância de estudos desta natureza, tendo em vista a necessidade de monitorar e avaliar o projeto vigente de formação, bem como indicar as tendências e os desafios que se colocam para a qualificação do mesmo nas suas mediações com o ensino da gestão social.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço social*. ABEPSS, 1996.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. Gestão: Planejamento e Administração. In: *Revista Temporalis*, V. 8. Brasília: ABEPSS. p. 51-76, 2004.

BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho; CARDOSO, Franci Gomes e ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A categoria “processo de trabalho” e o trabalho do assistente social. In: *Serviço Social & Sociedade*, v.19,n.58. São Paulo SP : Cortez, nov. 1998. p.109-131.

CABRAL, Eloisa Helena de Souza. *Terceiro Setor: gestão e controle social*. São Paulo: Saraiva, 2007.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. Gestão Social: alguns apontamentos para o debate. In: *Gestão Social - uma questão em debate*. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.

_____. *Gestão social e Trabalho Social: desafios e percursos metodológicos*. São Paulo: Cortez, 2014.

CNE – Conselho Nacional de Educação. *RESOLUÇÃO CNE/CES 15, de 13 de março de 2002*. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Código de Ética do/a Assistente Social. Lei 8662/93*. Brasília: CFESS, 2012. 60 p.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e Contradição*. 6ª Ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DOWBOR, Ladislau. A gestão social em busca de Paradigmas. In: *Gestão Social - uma questão em debate*. São Paulo: EDUC-IEE, 1999.

FAUSTINI, Márcia Salete Arruda. *O Ensino no Serviço Social*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. 150 p.



FISCHER, Tânia et al. *Perfis visíveis na gestão social do desenvolvimento*. RAP – Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 40 (5). P. 789-808, Set. / Out. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n5/a03v40n5.pdf>

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. In: *Revista Serviço Social & Sociedade n. 104*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 715-736, out./dez.2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 1994.

MAIA, Marilene. *Práxis da gestão social nas organizações sociais: uma mediação para a cidadania*. Tese de Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre: PUCRS/Faculdade de Serviço Social, 2005.

MOLINO, Rita Andrea Meoño. *Gerencia social crítica: un desafio em la formación profesional*. Rio de Janeiro, 2008.

PAGÉS, Max; BONETTI, Michel; GAULEJAC, Vicent de; DESCENDRE, Daniel. *O poder das organizações*. São Paulo: Atlas, 1987.

PINTO, Rosa Maria Ferreiro. *Política educacional e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1086.

PRATES, Jane Cruz. Gestão como processo social e o processo de gestão da Política de Assistência Social. In: *Capacitação sobre PNAS e SUAS: no caminho da implantação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.

SÁ. Jeanete. *Conhecimento e currículo em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

SILVA, Ademir Alves da. *A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado*. São Paulo: Cortez, 2004.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. *A trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (PEGS), 2008*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v40n6/11.pdf>.>

YAZBEK, Maria Carmelita; MARTINELLI, Maria Lúcia; RAICHELIS, Raquel. O Serviço Social brasileiro em movimento: fortalecendo a profissão na defesa de direitos. In: *Serviço Social & Sociedade, nº 95, ano XXIX, setembro de 2008*. São Paulo: Editora Cortez, 2008. p. 5-31.